

OS DESAFIOS DA SAÚDE PSICOLÓGICA DOS POLICIAIS MILITARES

THE PSYCHOLOGICAL HEALTH CHALLENGES OF MILITARY POLICE OFFICERS

Luiz Ricardo dos Santos¹

RESUMO: O presente artigo visa esmiuçar os aspectos norteadores que dão aporte à reflexão sobre a saúde mental dos profissionais da segurança pública, em especial, os Policiais Militares, que vivenciam, constância, as tensões advindas da mobilização laboral e da missão de orquestrar os planejamentos estratégicos de defesa e cuidados com a comunidade. Edste tema se faz relevante em razão do fato de que é um tema de preocupação contemporânea, que embasa em referenciais teóricos do campo, e que demonstram o papel social destes profissionais nas comunidades em que estão inseridos, demonstrando o campo da representação social como elo estrutural de sentidos e expectativas. O campo da reflexão traz à tona uma série de problemáticas fundantes que comprometem o bom andamento da prática laboral do policiamento e exige reflexões acerca de atenção direcionada à saúde mental.

Palavras – chaves: Saúde Mental. Sociedade. Segurança Pública. Polícia.

ABSTRACT: This article aims to detail the guiding aspects that contribute to the reflection on the mental health of public security professionals, especially the Military Police, who constantly experience the tensions arising from labor mobilization and the mission of orchestrating the planning defense and community care strategies. This topic is relevant due to the fact that it is a topic of contemporary concern, which is based on theoretical references in the field, and which demonstrate the social role of these professionals in the communities in which they are inserted, demonstrating the field of social representation as a structural link. of meanings and expectations. The field of reflection brings up a series of fundamental issues that compromise the smooth running of the labor practice of policing and requires reflections on attention directed to mental health.

Keywords: Mental Health. Society. Public security. Police.

¹PoliciaI Militar na PMPR. Bacharel em Administração de Empresas e Administração Rural. Especializações em Direito Militar, Direito Ambiental, Gestão de Logística, Gestão Ambiental, Armazenagem de grãos e Segurança Alimentar, Técnico em Segurança do Trabalho. E-mail: rikardoshow@hotmail.com.

Há um debate coerente, necessário, e cada vez mais em evidência a respeito dos aspectos que orbitam em torno da missão social e de representação do Policial Militar nas comunidades onde ele está inserido. Esta preocupação de cientistas sociais, profissionais do campo da segurança pública, dos organismos institucionais e políticos, tem relevância em razão dos crescentes números de instabilidades emocionais manifestados por profissionais da segurança que vivenciam, em constância, a relação de conflitos psicossociais.

O presente artigo tem, como objetivo, traçar alguns caminhos para a decodificação destes processos de interrelação que se apresentam como problematizadores na prática e processo laboral dos policiais e que podem ocasionar distúrbios e patologias de intensidades diversas, requerendo a preocupação dos órgãos em direcionar cuidados específicos à estes profissionais. Faz -se necessário destacar que, em cumprimento constitucional, os agentes da segurança pública têm, em suas diretrizes e normativas, uma série de ordenamentos e hierarquias, em que são colocados à cumprir. Em alguns casos, inclusive, passíveis de punição em não cumprimento.

Estes profissionais são os que, em muitos casos, colocam a própria vida à disposição do Estado e da Sociedade Civil para servir defendendo o coletivo social, empreendendo planos estratégicos – muitas vezes, arriscados – para articular a efetivação das políticas de segurança pública. Neste viés, o combate ao crime organizado, os conflitos manifestados nas comunidades e que requer ampla diplomacia e ação enérgica, a violência, o enfrentamento aos bandidos, o constante e diário contato com o terror e as mazelas sociais, a morte e a falta de atenção do poder público, muitas vezes acabam sendo gatilhos para uma série de complexificações psicossociais, acendendo um alerta, uma atenção, que a sociedade precisa direcionar a estes profissionais.

Muitas vezes enfrentam, ainda, a desvalorização nos rendimentos mensais, a falta de infraestrutura, o excesso de pressão hierárquica, as cobranças da imprensa e de parte da sociedade civil organizada que não vivenciam a experiência diária de enfrentar descasos criminosos. Mesmo quando está em momentos de folga, o policial pode ser

chamado a qualquer momento para a atuação de proteção à população, correndo o risco, inclusive, de responder à sanções disciplinares em caso de recusa. Este constante alerta, mesmo em horários e momentos de folga, faz com que o policial vivencia um redirecionamento da psiquê humana, compartimentalizando os sentidos sociais e dando uma ênfase ao compartimento laboral.

Pinto (2000) afirma que em nenhuma outra profissão o trabalhador se dedica tão integralmente como o faz o policial militar, já que, por imposição legal, ele deve estar à disposição integralmente. Um fato que demonstra este constante estado de alerta é a questão do policial ser chamado periodicamente por seus vizinhos – ou chamados em suas próprias redes sociais, telefone, WhatsApp, para resolver qualquer tipo de questões. A democratização dos mecanismos de comunicação e o acesso dos mesmos a todos, também contribuíram para esta expansão dos pedidos de atendimento, mesmo em períodos de descanso.

As realidades situacionais complexas, as quais são objetos de soluções de conflitos em horários de trabalho, estendem-se por toda a vida, estando o policial fardado ou não. Portanto, há uma expressiva carga de sofrimento mental, estresse, desconstruções psicossociais, que acompanham o profissional em seus diversos ambientes de socialização e agencias de integração.

O policial é refém de sua representação social na igreja em que frequenta, no mercado em que visita, no bairro onde reside a família, na praça onde leva os filhos ou netos para o passeio, na universidade em que estuda. Em todos os ecossistemas sociais em que insere-se ele carrega, de forma ampla e em alerta constante, a representação social que seu cargo e profissão exige, estabelecendo, assim, uma pressão constante que impulsiona tensões e pode acarretar gatilhos perigosos, mesmo nestes ambientes que não configuram o da prática laboral do policiamento.

Esta convergência de sujeitos (do cidadão comum, em um entrelaçamento com o cidadão profissional de segurança pública) faz estabelecer uma perigosa cultura organizacional que exige do mesmo, uma permanência no estado social laboral. O fato deste fatores não serem separáveis e quantificáveis, aumenta a relevância de um fenômeno que requer uma decodificação, uma hermenêutica, das manifestações físicas

e de narrativas destes profissionais, que podem estar gerando campos férteis para conflitos psicológicos, em razão do estresse exacerbado.

Consul (2005) destaca, portanto, que mesmo vivenciando em um conjunto amplo de agências de socialização, o policial pode desenvolver uma psicopatia, fruto de depressão, solidão, resultado do excesso do que esperam em âmbito de expectativas e resultados constantes e de pouco cuidado com a saúde mental.

Não é incomum o policial ser considerado violento e imprevisível. Claro que há, na estrutura de atendimento destes profissionais, excessos e práticas que não condizem com a missão do órgão, o que, em casos como estes, existem as Corregedorias e mecanismos específicos para denúncias e punições. Mas, também é preciso pensar sob a ótica da pressão psicológica que pode ocasionar erros muito fatalmente em decorrência deste estado emocional problematizado.

É importante enaltecer o campo da expectativa, da referência simbólica, da representação social a que estes profissionais também são atrelados. São eles os agentes públicos, primeiramente lembrados, em casos de vulnerabilidades, ataques criminosos, atos de violência vividos pela população. São símbolos de defesa, proteção, justiça. Neste âmbito da representação simbólica, portanto, vivenciam, ainda mais, a pressão emocional por ter que cumprir, também, esta perspectiva. Desta forma, acoplados nesta missão de representação, acabam sendo chamados para palestras em escolas, igrejas, associações de bairros, são fontes de entrevistas na imprensa, integram Conselhos Comunitários (da saúde, da segurança pública, da cultura e educação, ambiental, entre outros) apresentando visões sobre o campo da segurança nas mais diversas áreas, já que estão entrelaçados no âmbito da política pública.

Estas pressões diversas – do campo das representações – também caracterizam-se como norteadoras de sentidos que podem oscilar. É por isso que, nem sempre, a estrutura de imagem do policial é positiva, principalmente, em comunidades vulneráveis, muitas vezes dominada pelo tráfico, que acusam a polícia pela violência nos atos de abordagens, prisões sem fundamentos lógicos, espancamento. São narrativas que, muitas vezes, estão estampadas nas páginas dos jornais e que pode, sim,

ser casos de extremidades apresentadas, necessitando de apuração para possíveis punições, como mencionado anteriormente.

Mas, também, existem os casos de engendramento de situações de enfrentamento orquestrado pelo próprio conjunto de atores traficantes que exacerbam conflitos com a polícia, culminando em situações adversas. Portanto, o policial precisa estar atento constantemente aos ataques físicos, que podem acarretar em morte, como, também, aos ataques não físicos, do campo da representação simbólica, que consiste em armar as narrativas da população contra os agentes de segurança visando, também, mecanismos de ataque aos profissionais e ao organismo institucional.

Valla (2002) ressalta que a função do policial militar na comunidade caracteriza-se por exigir do trabalhador inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida, em prol da vida do outro, que muitas vezes nem conhece. A morte, portanto, é uma realidade presente na vida deste profissional, já quem em casos de conflitos e tensões, tem que saber lidar com a morte das vítimas, dos criminosos, dos próprios companheiros de trabalho e também com a ideia de que sua própria vida corre perigo.

Esta tensão, constante, faz o policial ver o mundo, a família, a sociedade, as pessoas, sua própria história, com uma ótica muito específica, acoplada em uma configuração de sentidos toda desconexa, do ponto de vista da organização mental e da subjetividade humana, nos constructos das relações. Por isso é um tema recorrente para análises dos pesquisadores do campo das ciências sociais, dos profissionais da saúde (principalmente, da saúde mental), dos levantamentos qualitativos e quantitativos dos próprios órgãos institucionais da segurança pública.

As complexificações advindas do campo das instabilidades emocionais podem acarretar outras patologias físicas, como: pressão arterial alta ou baixa, dores de cabeça, obesidade, diabetes, vícios diversos, problemas cardíacos, entre outras consequências atreladas à depressão, a falta de controle emocional, a pressão exercida pelo estado, família, sociedade, e pelas práticas diárias do trabalho de enfrentamento aos criminosos. Tudo isso, gera não apenas o descontrole emocional, como, também doenças físicas que acabam prejudicando o bom estado esperado na prática laboral, os afastamentos em decorrência dos tratamentos médicos.

Uma das questões que aportam os estudos quando trata-se da vulnerabilidade psicossocial dos policiais em detrimento do estresse e pressões diversas vivenciadas, é o acesso ao um diferencial instrumental: a arma de fogo, que embora seja o seu material de trabalho, pode ser um perigoso elemento nas mãos dos policiais que estão vivenciando a experiência de tratamentos psicossociais. Não são poucos os casos de profissionais que tiram a própria vida, ou de familiares e companheiros (as), instigados pela “facilidade” em colocar fim ao sofrimento ou, em muitos casos, por fim ao contraditório, às pessoas que conflituam com suas leituras. É cada vez mais frequente notícias neste norte, o que embasa, também, a necessidade de estudos correlatos.

Spaniol (2005) destaca que a atividade policial, que exige atenção em ações caracterizadas por tensão e pressão, é realizado por um indivíduo humano, cheio de contradições, subjetividades, memórias, sentimentos, desejos, e que estão sempre presentes ao estado laboral do indivíduo. Portanto, as tensões psicossociais são amplificadas quando em situação de risco laboral, podendo acarretar em manifestações diversas dos campos físico, técnico e psicológico; além de políticos, sociais e culturais em que está inserido.

Pensando o ofício policial a partir desta perspectiva não é difícil deduzir que se trata de uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, uma vez que o exercício do trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e os perigos estão sempre presentes. (Spode e Merlo, 2005, p. 86)

Em muitos casos o sofrimento dos policiais, a situação de depressão, são destacados como “inespecíficos” justamente por causa da dificuldade do profissional em relatar uma condição específica e isso, segundo Minayo e Souza (2003) pode tornar proporção de doença em razão de sua intensidade e cronicidade. Estes dois termos utilizados pelas autoras vem ao encontro da realidade situacional dos policiais, já que manifesta-se a intensidade aumentada nas ações de controle das situações enfrentadas, em um somatória com a cronicidade destes conflitos que podem ser de dimensões complexas.

Há, ainda, outro fator importante a considerar: o fato de o sujeito poder reconhecer que há uma necessidade de cuidados emocionais e psicossociais, pode esbarrar, em outra condição problemática: a cultural. Isso porque, em muitos casos,

mesmo o sujeito estando a vivenciar as situações de vulnerabilidades, não apresenta, não expõe, prefere acumular as tensões e não recorrer a ajuda, justamente pelo fato de que estes espaços laborais, sob predominância masculina, engendram um sentido masculinizado de força, segurança, domínio, imaginando que poderia estar demonstrando sinais de fragilidade. Um perigo este pensamento, especificamente quando não encontra nenhum ponto de apoio, podendo, a ter consequências inevitáveis no futuro.

Aliás, propor discussões sobre o universo deste campo laboral parece bastante espinhoso. É como se por ser policial, não pudesse discutir e nem vivenciar as questões de cunho emocional, organizacional, do universo político que vem ao encontro da forma como os profissionais são cuidados em sua vida laboral.

Estes conflitos que podem gerar pressões e desconexos emocionais também estão ligados aos contextos dos rendimentos financeiros, já que muitos profissionais, para adquirirem um complemento financeiro acabam ampliando a sua carga diária de trabalho em outros lugares, como segurança particular de empresas, mercados, farmácias, festas (e até trabalhando nos dias de folga). Portanto, se faz necessário pensar na dimensão das entradas financeiras destes profissionais, também. Isso porque, nem sempre, são coerentes com a dimensão de risco de vida proposto.

Como o sofrimento humano destes profissionais estão ligados direta ou indiretamente à condição de trabalho, a organização da psiquê humana se faz necessária. Isso quer dizer que é preciso pensar em atendimentos e consultas médicas e psicológicas periodicamente, melhores condições salariais, valorização dos momentos com a família e do lazer, a prática de esporte (e outras fontes de produção que lhes dê prazer), entre outras recomendações que podem ser determinantes para a não desestabilização emocional.

O profissional da segurança pública, entre os quais o policial militar, está constantemente diante dos riscos reais e imaginários. Desta forma, o conjunto de manifestações da psiquê humana, entre os quais, o sofrimento e o estresse, apresentam agravamentos, podem desencadear respostas de alerta e até mesmo levar o sujeito à morte. Benevides-Pereira (2002) admite que os profissionais que trabalham em

funções diretamente na assistência dos outros, estão suscetíveis ao estresse, sejam de quais áreas forem. Mas, o que estão no embate direto da organização de ações contra o crime organizado somam contextos, já que os aspectos problematizadores que orbitam em torno da questão temática são mais diversos, referindo-se à socialização, a representação social, aos conflitos mentais, à expectativa de rendimentos gerada, aos aspectos financeiros, entre outros.

Quando diante de tensões emocionais, que fogem ao controle, os policiais vivenciam manifestações como: fadiga constante e progressiva, dores musculares, distúrbios do sono, perturbações gastrintestinais, falta de atenção e concentração, alterações da memória, baixa auto-estima, labilidade emocional, impaciência e dificuldades comportamentais associadas à negligência, irritabilidade e aumento da agressividade, dificuldade de relaxar, alto consumo de substâncias, risco de suicídio, além de sintomas defensivos que tendem ao isolamento, sentimento de onipotência, perda de interesse pelo trabalho, ironia e cinismo, estresse. Diante destas realidades, faz-se necessário aprofundamentos em pesquisas, políticas públicas de atenção específica e planejamento dos órgãos institucionais, na proteção da saúde física e emocional dos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a importância de ampliar debates sobre o contexto da saúde emocional dos profissionais da segurança pública, em especial, os policiais militares, pelo advento de uma carga muito ampliada de tensões psicossociais. O texto permeou, primeiramente, pelo contexto da representação social, um dos campos importantes das ciências humanas, que trata da forma como o sujeito é visto na comunidade.

Esta estrutura de imagem, que congrega uma série de simbolismos atrelados a função laboral dos policiais militares atenta-se a forma como é gerada a expectativa da sociedade civil a respeito destes profissionais. Entre as terminologias simbólicas, estão: heroísmo, respeito, justiça, proteção, segurança. Aspectos, estes, que expressam uma

ampliação de ecossistemas comunicacionais transversos que perpassam por vários sentidos e colocam o profissional Policial Militar em um contexto de representação.

Claro que neste aspecto temático, a que inicia o artigo, também refere-se às representações negativas que o policial acaba sofrendo e carregando como estereótipo, muitas vezes, fruto do próprio enfrentamento com os malfeitores, bandidos, e que acabam tendo, como consequência, muitas denúncias negativas. A forma como os policiais são vistos pelas crianças, idosos, pelas instituições organizacionais, pela imprensa, centros de pesquisas e pelas comunidades são objetos de reflexão sobre a representação social.

O artigo também perpassa pela forma como estes aspectos da pressão psicossocial afetam o sujeito humano policial, com o advento de patologias físicas (pressão alta, diabetes, problemas cardiorrespiratórios, obesidade, entre outros) e problematizações emocionais (depressão, vícios diversos, entre outros). O policial é um profissional público de intensa importância na sociedade, que empenha, muitas vezes, a própria vida em detrimento de outros que nem conhece. Estes fatores diversos apontam a importância de estudar, pesquisar, problematizar e articular pesquisas e ações públicas em defesa dos profissionais que atuam no cumprimento constitucional da defesa.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

PINTO, R. J. V. M. Trabalho e identidade: o eu faço construindo o eu sou. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília – DF. 2000.

CONSUL, J. C. P. Brigada Militar: Identifique-se! A Polícia Militar revelando sua identidade. Tese de Doutorado. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.

VALLA, W. O. Ética e a atividade do policial militar. Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, Florianópolis, v. 4, n. 21, p. 5-6, jan./fev. 2000.

VALLA, W. O. O compromisso e as implicações deontológicas para o militar de polícia. Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, set./out. 2002.

MINAYO, M. C. S.; Souza, E. R. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, jan./mar. 2007.

SPODE, C. B.; MERLO, A. R.C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da Polícia Militar. *Psicologia, Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v.19, n.3, 2006.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (Org.). **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.